



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ  
Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900  
Telefone: - <http://www.saude.pi.gov.br>

Termo de Contratualização de Serviços de Saúde nº 50/2023

Processo nº 00012.016594/2022-55

**CONTRATO FIRMADO ENTRE O ESTADO DO PIAUÍ REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ (SESAPI) E MM SAIKI LTDA (BIO +) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE SUS.**

O Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 06.553.564/0001-38, doravante denominada simplesmente **SESAPI**, situada na Avenida Pedro Freitas, s/n, bloco A, Centro Administrativo, em Teresina – PI, neste ato representado pelo Secretário de Estado da Saúde, **Sr. ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS**, brasileiro, casado, contador, matemático, portador do RG sob o nº 1424698 – SSP/PI, inscrito no CPF sob o nº 057.220.698-41; e de outro **MM SAIKI LTDA (BIO +)**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ nº 46.610.356/0001-48, localizado na Rua Antonino Freire, Nº 96, Bairro Centro, Altos – PI, CEP 64.290-000, fone (86) 99447 – 8062, neste ato representado por **RAYAN KEVIN MELO DE MOURA SAIKI**, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 3939844 SSP-PI, CPF 069.125.193-26, doravante denominado **MM SAIKI LTDA (BIO +)**, CNES 3078043, habilitada pela comissão especial de credenciamento instituída pela Portaria SESAPI/GAB Nº 0170/2021, de 26/02/2021, tendo em vista a Contratação Direta por **Inexigibilidade de Licitação** constante no Processo Administrativo nº 00012.016594/2022-55 e Parecer nº 129/2020/FP/PLC/GAB/PGE-PI e o que mais consta dos citados autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Constituição Federal, art. 199, § 1º; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 10.520/2002 e Decreto Estadual nº 15.093/2013, os quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, regendo-se a contratação pelo fixado nas seguintes cláusulas:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO**

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Processo Administrativo discriminado no Preâmbulo deste Contrato, incluído o Termo de Referência constante nos autos, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, projetos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO**

2.1. O presente contrato tem por objeto integrar o/a **MM SAIKI LTDA (BIO +)** no Sistema Único de Saúde – SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral a saúde dos municípios que integram a região de saúde na qual está inserida e previamente definido entre as partes, para prestação de serviços ambulatoriais de acordo com o Termo de Referência – **TR1 – SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICO EM PATOLOGIA CLÍNICA**, para usuários do SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS, do Piauí, nos termos e condições a seguir estabelecidas e conforme modelo de declaração contida no Anexo III do edital.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

3.1. Os serviços ocorrerão a partir da assinatura do contrato, correndo por conta da credenciada todas as despesas pertinentes, tais como seguro, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

3.2. A credenciada deverá prestar os serviços especializados na área, com prazo de vigência até de 12 meses após assinatura do contrato;

3.3. Os serviços serão fornecidos através do atendimento direto ao usuário SUS, conforme demanda regulada;

3.4. A prestação do serviço será enviada até o **5º dia útil** do mês subsequente, em mídia e assinada pelo diretor do Estabelecimento, à Diretoria de Unidade de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria – DUCARA para processamento e envio do Banco de dados ao Ministério da Saúde (MS/DATASUS) e Relatório de Créditos ao Fundo Estadual de Saúde para posterior pagamento da produção aprovada no Sistema de Informação Ambulatorial – SIA/SUS.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DA REGULAÇÃO**

4.1. A CONTRATADA se compromete a disponibilizar aos usuários do SUS todos os seus serviços constantes neste Contrato conforme as normas de regulação definidas pela CONTRATANTE.

**5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO**

5.1. O valor mensal do presente Termo de Contrato é R\$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante anual de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

5.2. No valor em questão estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1. A SESAPI repassará mensalmente pelos serviços, apresentados e aprovados, e efetivamente regulados, os valores conforme Tabela SUS em vigor, editada pelo Ministério da Saúde.

6.2. O repasse do pagamento será realizado no prazo máximo de até no prazo de 10 (dez) dias úteis após o envio do processamento ao Fundo Estadual de Saúde – FES.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE E DAS ALTERAÇÕES**

7.1. O reajuste dos valores contratados será na mesma proporção em que o Ministério da Saúde aumentar o valor dos procedimentos existentes na Tabela Unificada de Procedimentos do SUS.

7.2. O presente Contrato poderá ser alterado mediante a celebração de termo aditivo, ressalvado o seu objeto, que não pode ser modificado.

7.2.1. Qualquer solicitação de alteração da CONTRATADA referente ao fornecimento de serviços ofertados e disponibilização no sistema de regulação HYDRA deve ser feita com antecedência de 30 (trinta) dias.

7.2.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao quantitativo dos serviços, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado no presente Contrato, de acordo com o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA – DA FONTE DE RECURSO

8.1. Os recursos do presente contrato oneram recursos do FES, consoante as seguintes informações: Fonte de Recurso: Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC).

SUBGRUPO DE PROCEDIMENTOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
0202 DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO	10.000,00	120.000,00

8.2. Os procedimentos referentes ao subgrupo de procedimentos 0202, listados na Tabela do item 8.1., os quais a contratada está habilitada a realizar, estão relacionados na Tabela a seguir, consoante capacidade e oferta de procedimentos disponibilizada pela contratada, e podem ser consultados no sítio eletrônico do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (datasus.gov.br).

0202	DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO				
CÓDIGO	PROCEDIMENTOS	QTDE MENSAL	VALOR UNIT	VALOR MENSAL R\$	VALOR ANUAL R\$
202010120	DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO	10	R\$ 1,85	R\$ 18,50	R\$ 222,00
202010210	DOSAGEM DE CÁLCIO	10	R\$ 1,85	R\$ 18,50	R\$ 222,00
202010279	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	350	R\$ 3,51	R\$ 1.228,50	R\$ 14.742,00
202010287	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	300	R\$ 3,51	R\$ 1.053,00	R\$ 12.636,00
202010295	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	200	R\$ 1,85	R\$ 370,00	R\$ 4.440,00
202010317	DOSAGEM DE CREATININA	100	R\$ 1,85	R\$ 185,00	R\$ 2.220,00
202010422	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	10	R\$ 2,01	R\$ 20,10	R\$ 241,20
202010465	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	12	R\$ 3,51	R\$ 42,12	R\$ 505,44
202010473	DOSAGEM DE GLICOSE	385	R\$ 1,85	R\$ 712,25	R\$ 8.547,00
202010643	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-OXALACÉTICA (TGO)	36	R\$ 2,02	R\$ 72,72	R\$ 872,64
202010651	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-PIRÚVICA (TGP)	36	R\$ 2,02	R\$ 72,72	R\$ 872,64
202010678	DOSAGEM DE TRIGLICÉRIDEOS	350	R\$ 3,51	R\$ 1.228,50	R\$ 14.742,00
202010694	DOSAGEM DE UREIA	100	R\$ 1,85	R\$ 185,00	R\$ 2.220,00
202020070	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	20	R\$ 2,73	R\$ 54,60	R\$ 655,20
202020096	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO–DUKE	20	R\$ 2,73	R\$ 54,60	R\$ 655,20
202020134	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	16	R\$ 5,77	R\$ 92,32	R\$ 1.107,84
202020142	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	16	R\$ 2,73	R\$ 43,68	R\$ 524,16
202020380	HEMOGRAMA COMPLETO	500	R\$ 4,11	R\$ 2.055,00	R\$ 24.660,00
202020495	RETRAÇÃO DO COÁGULO	15	R\$ 2,73	R\$ 40,95	R\$ 491,40
202020509	PROVA DO LAÇO	15	R\$ 2,73	R\$ 40,95	R\$ 491,40
202030202	DOSAGEM DE PROTEÍNA C REATIVA	10	R\$ 2,83	R\$ 28,30	R\$ 339,60
202030300	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	16	R\$ 10,00	R\$ 160,00	R\$ 1.920,00
202030636	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	6	R\$ 18,55	R\$ 111,30	R\$ 1.335,60
202030741	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVÍRUS	10	R\$ 11,00	R\$ 110,00	R\$ 1.320,00
202030768	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	20	R\$ 18,55	R\$ 371,00	R\$ 4.452,00
202030857	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVÍRUS	15	R\$ 11,61	R\$ 174,15	R\$ 2.089,80
202030873	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	10	R\$ 18,55	R\$ 185,50	R\$ 2.226,00
202030970	PESQUISA DE ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	20	R\$ 18,55	R\$ 371,00	R\$ 4.452,00
202031179	TESTE NÃO TREPONÊMICO P/ DETECÇÃO DE SÍFILIS EM GESTANTES	20	R\$ 2,82	R\$ 56,40	R\$ 676,80
202040127	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	31	R\$ 1,65	R\$ 51,15	R\$ 613,80
202050017	ANÁLISE DE CARACTERES FÍSICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	200	R\$ 3,70	R\$ 740,00	R\$ 8.880,00
202120023	DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	19	R\$ 1,37	R\$ 26,03	R\$ 312,36
202120082	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	19	R\$ 1,37	R\$ 26,03	R\$ 312,36
<b>TOTAL</b>				<b>9.999,87</b>	<b>119.998,44</b>

#### 9. CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A despesa constante do presente Contrato correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão Orçamentário	17
Unidade Orçamentária	101
Função	10
Sub-Função	302
Programa	01
Ação (Proj/Ativ/Op.Esp)	2394
Natureza da Despesa	339039
Fonte de Recurso	600

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

10.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

10.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos dados constantes do CNES, relativos ao potencial de produção de procedimentos dos serviços contratados, tomando as medidas cabíveis quando forem constatadas irregularidades no referido cadastro, identificadas em vistorias técnicas promovidas pela DUCARA.

10.4. Promover a auditoria, o controle e a avaliação dos serviços, com o objetivo de promover seu perfeito cumprimento, sob os aspectos de estrutura, de processos técnicos e de atendimento aos usuários, seja do ponto de vista quantitativo ou qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas.

10.5. Aplicar à contratada as penalidades cabíveis na forma da Lei.

10.6. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes do objeto deste termo de referência e dos padrões técnicos das autoridades responsáveis pela regulamentação das atividades de prestação de serviços no âmbito da saúde, como também os serviços apresentados que contenham indícios ou tenham sido constatados como não realizados.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Manter o cadastro dos usuários, assim como os prontuários que permitam o acompanhamento, o controle e a supervisão dos serviços.

11.2. O compromisso da contratada de apresentar, na periodicidade ajustada, relatórios de atendimento e outros documentos comprobatórios da execução dos serviços efetivamente prestados.

11.3. Deverão estar com as informações atualizadas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, cujos dados deverão corresponder, fielmente, à estrutura, aos equipamentos e ao pessoal disponível.

11.4. Os estabelecimentos contratados serão submetidos a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Estadual de Controle e Avaliação de Serviços de Saúde do SUS do Estado do Piauí, instituído pela DUCARA.

11.5. Os serviços contratados deverão se submeter à política de Regulação Estadual.

11.6. O contratado deverá fornecer ao usuário ou responsável, no ato do atendimento, documento com a discriminação do(s) serviço(s) prestado(s) e a informação sobre a gratuidade do(s) mesmo(s).

11.7. Obrigação de apresentação de relatórios de atividades sempre que solicitados pelo gestor.

11.8. Os serviços contratados deverão garantir aos trabalhadores vínculo empregatício que assegure todos os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários.

11.9. Será garantido o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização.

11.10. Os serviços contratados deverão garantir aos usuários do SUS: redução das filas e do tempo de espera para atendimento; acesso com atendimento acolhedor e resolutivo, baseado em critérios de risco; nome dos profissionais que cuidam de sua saúde e que são responsáveis por eles; acesso às informações; presença de acompanhante; bem como os demais direitos dos usuários do SUS.

11.11. Em conformidade com o art. 26, §2º, da Lei 8.080/90, os serviços contratados serão submetidos às normas emanadas pelo SUS.

11.12. As instituições interessadas deverão disponibilizar aos setores correspondentes da Secretaria Estadual de Saúde do Piauí, quando solicitadas, informações necessárias para elaboração de diagnósticos regionais, análise de perfil epidemiológico da população atendida, avaliações qualitativas do atendimento e acompanhamento da programação pactuada integrada.

11.13. Garantir a continuidade da execução de todos os serviços durante a vigência do contrato.

11.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de credenciamento, conforme o inciso XIII, do artigo 55, da Lei nº 8.666/93.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1. O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses da data da sua assinatura, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, na Imprensa Oficial, que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do Parágrafo Único do Artigo 61 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

12.2. Por se tratar de serviços continuados, o Contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante fundada justificativa, em requerimento ao Secretário de Estado da Saúde do Piauí, que conforme natureza da justificativa autorizará ou não a prorrogação.

12.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e do contrato administrativo, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O representante da Administração, o fiscal do contrato, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 87 e 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.

14.2. O presente contrato poderá ser rescindido com o consequente descredenciamento perante o SUS, unilateralmente pela SESAPI, quando ocorrer o descumprimento de suas cláusulas ou condições em especial:

a) pelo fornecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora de critérios definidos pela SESAPI;

b) pela ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, a avaliação e auditoria pelos órgãos competentes da SESAPI ou do Ministério da Saúde;

c) pela não observância dos procedimentos referentes ao sistema de informações em saúde.

14.3. Pelo descumprimento total (ausência na prestação superior a 50%) ou parcial (ausência na prestação superior a 25%) do Contrato, garantida a prévia defesa, a Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções:

a) Advertência, em caso de atraso em até 5 (cinco) dias;

b) Multa, no percentual de 1% (um por cento) do valor total contratado, em caso de atraso de mais de 5 (cinco) dias;

c) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor mensal do Contrato, no caso de reincidência em relação às faltas cometidas, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" desta Cláusula;

d) Em caso de atraso superior ao 5º dia útil do mês subsequente para a entrega da prestação dos serviços (ambulatorial), implicará na suspensão dos recursos financeiros referente à competência vigente, até que seja regularizada a informação.

e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - SESAPI, por prazo não superior a 2 (dois) anos, inclusive em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração. Será declarada suspensa de contratar com a Administração nos casos previstos nos subitens seguintes, em caso de culpa;

f) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93, nos casos:

I - Declarar-se-á inidôneo o contratado que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando, a juízo da Administração, falta grave, revestida de dolo.

II - Declarar-se-á inidôneo o contratado que tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

III - Declarar-se-á inidôneo o contratado que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

IV - Declarar-se-á inidôneo o contratado que demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.3.1. As penalidades cominadas nas alíneas "a", "c" e "e", supra, poderão ser aplicadas cumulativamente com aquela prevista na alínea "b" do mesmo item.

14.4. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, e quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.5. Para aplicação das penalidades previstas acima será garantida defesa prévia de 5 (cinco) dias úteis no caso de advertência, multa e suspensão, e de 10 (dez) dias contados da abertura de vistas no caso de idoneidade.

14.6. A CONTRATADA comprometer-se-á a reparar e/ou ressarcir o erário, após relatório conclusivo fundamentado, emitido pela Auditoria/DUCARA em caso de inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor, bem como deste instrumento jurídico e devidamente homologado pelo Secretário Estadual de Saúde.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1. São encargos dos partícipes:

I - Do Estabelecimento de Saúde (CONTRATADA): cumprir todas as metas e condições definidas pela SESAPI.

II - Da SESAPI:

a) Transferir os recursos previstos neste contrato;

b) Controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços contratados;

c) Estabelecer mecanismos de controle de oferta e demanda de ações e serviços de saúde; e

d) Analisar os relatórios elaborados pela CONTRATADA comparando os resultados alcançados com os recursos financeiros repassados.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1. O presente contrato poderá ser rescindido consensualmente entre as partes ou unilateralmente pela SESAPI com o conseqüente descredenciamento pelo SUS, quando ocorrer descumprimento de suas cláusulas ou condições especiais:

a) A inexecução total ou parcial do contrato, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, em conformidade com o Artigo 77, da Lei 8.666/93;

b) O não cumprimento de cláusulas, especificações ou prazos estabelecidos no termo de contrato;

c) O cumprimento irregular de cláusulas, especificações ou prazos estabelecidos no termo de contrato;

d) A lentidão no cumprimento do contrato, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade na prestação do SERVIÇO no prazo estipulado;

e) O atraso injustificado no fornecimento do SERVIÇO, que importe em prejuízo da CONTRATADA superior a 50% (cinquenta por cento) do valor contratado;

f) A subcontratação total ou parcial do objeto, associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como a fusão, ou incorporação da CONTRATADA que afetem a boa execução do contrato, sem prévio conhecimento e expressa autorização da CONTRATANTE.

g) O desatendimento das determinações regulares da comissão fiscalizadora, assim como de seus superiores;

h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, superior a 3 (três) vezes, anotadas em registro próprio, pelo representante da CONTRATANTE designado para o acompanhamento e fiscalização deste contrato;

i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;

l) A supressão, por parte da CONTRATANTE, do fornecimento dos produtos, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite de 25% (vinte e cinco por cento), salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes;

m) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas, desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

n) A ocorrência de "caso fortuito" ou "força maior", regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato;

o) Descumprimento do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

17.1. O(A) CONTRATADO(A) obrigar-se-á a fornecer à CONTRATANTE os dados de exames, históricos de pacientes e outras informações que lhe seja solicitada sobre o objeto deste Contrato correlacionadas através de arquivos eletrônicos para serem integrados a Sistemas de Informação indicados formalmente pela Secretaria Estadual de Saúde.

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Fica definido que as questões que não puderem ser resolvidas de comum acordo serão levadas ao Conselho Estadual de Saúde - CES.

#### 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. A SESAPI providenciará a publicação do extrato do presente contrato na imprensa oficial no prazo da lei.

20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Teresina, Estado do Piauí, para dirimir questões acerca da execução do presente contrato que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelas partes.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente instrumento é assinado eletronicamente pelas partes.

*(assinado eletronicamente)*

**ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS**

Secretário de Estado da Saúde do Piauí  
Contratante

*(assinado eletronicamente)*

**RAYAN KEVIN MELO DE MOURA SAIKI**

MM SAIKI LTDA - ME  
Contratado(a)



Documento assinado eletronicamente por **RAYAN KEVIN MELO DE MOURA SAIKI**, **Usuário Externo**, em 27/09/2023, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS - Matr.0000000-0**, **Secretário de Estado da Saúde**, em 10/10/2023, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **9179346** e o código CRC **B710168E**.

**RESULTADO HABILITAÇÃO REFERENTE A CONCORRÊNCIA N° 003/2023 – CPL/SEDRAMER - Processo Administrativo n° 00299.000208/2023-25**

**OBRA: OBRA: RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL DE 5KM, BR402/ POVOADO BAIXA DO ROCHA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE LUIS CORREIA – PI**

Aos 27/09/23 ( vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três,) a Comissão Permanente de Licitações desta Secretaria de Desenvolvimento Regional, Abastecimento, Mineração e Energias Renováveis, CPL/SEDRAMER designada pela Portaria n° 2, de 10 de Fevereiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado n° 34 de 13 de Fevereiro de 2023, representado pelo Presidente Cristiano Gomes de Paula, Marcelo Augusto Maia – Eng. (1º membro), Marcelo Christian Santos Silva – Eng. (1º suplente) e Lana Giomara dos Santos Figueredo (2º suplente); Após análise dos documentos da HABILITAÇÃO, deliberaram : **EMPRESAS HABILITADAS:** MP ENGENHARIA LTDA CNPJ n° 23.559.275/0001-65, J R S CONSTRUÇÕES CNPJ 08.974.524/0001-95, AR CONSTRUTORA LTDA CNPJ n° 38126429/0001-00, CONTRUTORA CAXE LTDA CNPJ n° 06.226.439/0001-13, T R DE SOUZA NETO CONTRUÇÕES LTDA, CNPJ 50.568.585/0001-19, CONSTRUTORA R T B LTDA, CNPJ 09.484.651/0001-79 As empresas **INABILITADAS** – A COSTA DE ALMEIDA EIRELI , CNPJ 40.453.708/0001-12, por deixar de apresentar a Qualificação Econômica – Financeira da Empresa com o Balanço Patrimonial divergente, uma vez não integrou o Capital Social Integralizado sem a averbação da Alteração 01 da empresa em 5/12/2022 ( pag . 10) ao respectivo Balanço ( pag. 51 ), conforme item 8.3.4.1 do edital . CONSTRUTORA REQUINTE, CNPJ 21.238.493/0001-72, por apresentar o valor de sua proposta no Envelope HABILITAÇÃO 01 – ( pag. 01 ) , ferindo assim o princípio do sigilo da proposta, art. 3º da Lei Federal 8.666/93 e ainda por apresentar a certidão da Dívida Ativa do Estado ( pag 167 ) fora do prazo de validade , ferindo assim o item 8.3.2.4 do edital. QUALITY EMPREENDIMENTOS , CNPJ 15.184.954/0001-79, por deixar de comprovar quantidade mínima exigida no edital de recomposição de revestimento primário com material de jazida , mínimo de 2.000 m<sup>3</sup> , e regularização de subleito, mínimo de 10.000 m<sup>2</sup>, da Capacidade Técnico-Operacional da Empresa e a Capacidade Técnica-Profissional uma vez que comprovou somente 2.511 m<sup>2</sup> de regularização de subleito ( pag. 76 ), e deixou de comprovar ter executado recomposição de revestimento primário com material de jazida, conforme prevê o item 8.3.3.2 do edital. PROGRESSO EMPREENDIMENTOS CNPJ 47.075.962/0001-73, por deixar de comprovar, a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, uma vez que apresentou o Atestado de Capacidade Técnica , ( pag 19, 20, 21. ), fora dos quantitativos exigidos , pois os 30 % ( trinta ) por cento a que se refere o referido Atestado referente ao Contrato N° 109/2022 entre a Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí e a empresa Portela Engenharia e Construção Ltda, possuem divergências que impossibilitaram a comprovação da Qualificação Técnica da LICITANTE ferindo o item 8.3.3.2 do edital. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação e/ou publicação do resultado, para que aqueles que se sentindo prejudicados em seus direitos, interponham recursos administrativos na forma e prazo previstos no Edital

**Cristiano Gomes de Paula**  
Presidente CPL/SEDRAMER

**MEMBROS/SERVIDORES**

**Marcelo Christian Santos Silva – Eng (1º suplente )**

**Marcelo Augusto Maia – Eng. Diretor Técnico**

**Lana Giomara dos Santos Figueredo (2º suplente )**

REF.21456

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ - SESAPI**

<b>EXTRATO DO TERMO DE CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE N° 50/2023</b>	
<b>Processo SEI</b>	00012.016594/2022-55
<b>N° Automático SIAFE</b>	22006884
<b>Modalidade</b>	Inexigibilidade de Licitação
<b>Fundamentação Legal</b>	Lei N° 8.666/1993
<b>Contratante</b>	Secretaria de Estado da Saúde do Piauí

<b>CNPJ Contratante</b>	do 06.553.564/0001-38
<b>Contratado</b>	MM SAIKI LTDA (BIO +)
<b>CNPJ Contratado</b>	do 46.610.356/0001-48
<b>Objeto</b>	O presente termo de contratualização tem por objeto a integrar o/a MM SAIKI LTDA (BIO +) no Sistema Único de Saúde – SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde dos municípios que integram a região de saúde na qual está inserida e previamente definido entre as partes para prestação de serviços ambulatoriais de acordo com os Termos de Referência – TR1 – APOIO DIAGNÓSTICO EM PATOLOGIA CLÍNICA, para usuários do SUS, do Piauí.
<b>Vigência</b>	12 (doze) meses, da data de sua assinatura.
<b>Valor Contrato</b>	do Valor mensal: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) Valor anual: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)
<b>Ação Orçamentária</b>	2394
<b>Natureza Despesa</b>	da 339039
<b>Fonte Recurso</b>	de 600
<b>Nota Reserva</b>	2023NR00557
<b>Reserva Orçamentária</b>	2023RO06989
<b>Data Assinatura</b>	da 10.10.2023
<b>Signatários</b>	Pela contratante: ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS – Secretário de Estado da Saúde do Piauí; Pelo contratado: RAYAN KEVIN MELO DE MOURA

REF.21457

## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ - DPE/PI

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 002/2023 REFERENTE AO CONTRATO Nº 029/2021/DPE/PI

Nº do processo SEI: 00303.004478/2023-07;

Referência de Contrato: 029/2021/DPE/PI;

Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/1993;

Contratante: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ;

CNPJ do Contratante: 41.263.856/0001-37;

Contratada: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.;

CNPJ da Contratada: 61.074.175/0001-38;

**Resumo do objeto do Termo Aditivo:** Renovação do Contrato nº 029/2021/DPE/PI, pelo período de 12 (doze) meses e reajuste do valor contratual com base no índice de variação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) com percentual de 4,61% (quatro vírgula sessenta e um por cento);

Prazo de vigência: 15/10/2023 até 14/10/2024;

Data de assinatura do Termo Aditivo: 11 (onze) de outubro de 2023;

Valor total por 12 meses: R\$ 2.052,28 (dois mil e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos);

**Dotação orçamentária:** Fonte de Recursos: 500, Natureza: 339039 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica) e Programa de Trabalho: 35101.03.092.0016.2855 (Manutenção e Execução da Gestão da DPE/PI);

**Signatários do contrato:**

Pela contratante: VERÔNICA ACIOLY DE VASCONCELOS;

Pela contratada: ALEXANDRE PONCIANO SERRA.

Teresina/PI, 11 de outubro de 2023.